

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 373.063 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 3.196.056 mil, Ativos Totais de R\$ 6.267.212 mil e deliberou aos acionistas o montante de R\$ 82.500 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio.

Em abril de 2018, a Companhia deliberou aumentar o Capital Social com Reservas de Capital e Reservas de Lucro - Estatutária no montante de R\$ 208.000 mil elevando-o de R\$ 1.950.000 mil para R\$ 2.158.000 mil.
Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.
Cidade de Deus, Osasco, 18 de abril de 2019.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
ATIVO	2018	2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	494.241	247.876	2018	2017
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 6)	11.932	4.955	512.011	557.239
Juros sobre o Capital Próprio a Receber (Nota 16a)	195.169	231.843	2.035	1.401
Valores a Receber (Nota 7)	287.140	11.078	70.125	80.750
			439.586	475.088
			265	-
NÃO CIRCULANTE	5.772.971	5.256.772	2.559.145	2.348.355
Realizável a Longo Prazo	307.590	266.062	242.829	209.561
Depósitos Judiciais (Nota 11b)	222.889	185.419	591.756	510.486
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 17c)	84.701	80.643	1.724.560	1.628.308
Investimentos (Nota 8)	5.465.381	4.990.710	3.196.056	2.599.054
			2.158.000	1.950.000
			80.780	64.531
			2.271.803	2.213.057
			(1.448.763)	(1.742.212)
			134.236	113.678
TOTAL	6.267.212	5.504.648	6.267.212	5.504.648

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	375.907	403.799
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 8)	540.243	610.584
Resultado Financeiro (Nota 15)	(135.836)	(175.676)
Despesas Tributárias (Nota 13)	(25.018)	(30.021)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	(3.482)	(1.088)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	375.907	403.799
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 17a)	(2.844)	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	373.063	403.799
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 12b)	1,21	1,31
Lucro básico por ação atribuído aos acionistas (Nota 12b)	1,21	1,31

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Lucro Líquido do Exercício	373.063	403.799
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(422)	54.259
Resultado Abrangente do Exercício	372.641	458.058

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais								
Eventos	Capital Social	Reserva de Capital - Resultado na Venda de Ações	Reserva de Lucros		Outros Resultados Abrangentes (Investidas)	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Totais
			Legal	Estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.740.000	96.770	143.938	1.873.550	59.419	(1.431.576)	-	2.482.101
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	403.799	403.799
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	54.259	-	-	54.259
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	458.058
Aumento de Capital com Reservas (Nota 12a)	210.000	(96.770)	-	(113.230)	-	-	-	-
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(688.456)	-	(688.456)
Alienação de Ações em Tesouraria	-	64.531	-	-	-	377.820	-	442.351
Destinações: - Reservas	-	-	20.190	288.609	-	-	(308.799)	-
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 12e)	-	-	-	-	-	-	(95.000)	(95.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.950.000	64.531	164.128	2.048.929	113.678	(1.742.212)	-	2.599.054
Ajustes Reflexo de Adoção de Novas Práticas Contábeis	-	-	-	-	20.979	-	(88.348)	(67.369)
Saldos em 1º de janeiro de 2018	1.950.000	64.531	164.128	2.048.929	134.657	(1.742.212)	(88.348)	2.531.685
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	(421)	-	373.063	373.063
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	(421)
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	372.642
Aumento de Capital com Reservas (Nota 12a)	208.000	(64.531)	(143.469)	-	-	-	-	-
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(431.123)	-	(431.123)
Alienação de Ações em Tesouraria	-	80.780	-	-	-	724.572	-	805.352
Destinações: - Reservas	-	-	18.652	183.563	-	-	(202.215)	-
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 12e)	-	-	-	-	-	-	(82.500)	(82.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.158.000	80.780	39.311	2.232.492	134.236	(1.448.763)	-	3.196.056

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A BBD Participações S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem por objeto exclusivo a participação no Capital Social do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), da Bradespar S.A. ("Bradespar") e de outras sociedades que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do Capital Social daquelas Instituições. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 18 de abril de 2019.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2018. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que, são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 6.

c) Instrumentos financeiros

(I) Classificação dos ativos financeiros

A partir de 2018 a Companhia passou a aplicar o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Essa nova abordagem substituiu as categorias de ativos financeiros previstas no CPC 38 (IAS 39), que foi aplicado até 31 de dezembro de 2017: (i) Ativos Financeiros para Negociação - registrados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento - são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; (iii) Empréstimos e Recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros; e (iv) Disponíveis para venda - registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos ao resultado e avaliados pelo valor de mercado com efeitos registrados no patrimônio líquido.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado.
São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.
Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados, diretamente, no resultado do período.

Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(II) Metodologia de apuração do valor de mercado e classificação por nível hierárquico

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos e foram classificados no nível 2 da hierarquia do CPC 40.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminadas na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em controladas e coligadas estão apresentados na Nota 8.

Ativo (Goodwill)

O ativo, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2018 e de 2017, não houve perda por *impairment*.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e, também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência de um ou mais eventos futuros e incertos, que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade de que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 11.

g) Patrimônio líquido

(I) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 12b.

8) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial são demonstrados a seguir:

Empresa	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado	Em 31 de dezembro					
				Quantidade de ações possuídas (em mil)	Participação no capital social %				
				Total dos investimentos	Ajuste decorrente de avaliação (2)				
Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Nova Cidade") (1) (3)	10.400.000	20.927.447	2.117.447	176.680	26,071767	5.456.155	4.981.484	540.243	610.584
Ágio - Nova Cidade (4)	-	-	-	-	-	9.226	9.226	-	-
Total						5.465.381	4.990.710	540.243	610.584

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018;

(2) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo divulgações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;

(3) Em março de 2018, foi realizado aumento de Capital Social, com integralização mediante a compensação de créditos relativos a Juros sobre o Capital Próprio; e

(4) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações.

9) OBRIGAÇÕES POR RECOMPRA DE AÇÕES

Obrigações por Recomprou de Ações, no Passivo Circulante, no montante de R\$ 439.586 (2017 - R\$ 475.088) e no Passivo não Circulante, no montante de R\$ 591.756 (2017 - R\$ 510.486), referem-se ao saldo pela aquisição de ações de própria emissão, mantidas em tesouraria.

10) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Referem-se basicamente, a contratos de mútuo, acrescidos de 100% da variação do Depósito Interbancário - DI, e vencimento em março de 2021, no montante de R\$ 1.724.560 (2017 - R\$ 1.627.969).

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Os principais processos referem-se a: (i) não incluído, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados as obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 222.889 (2017 - R\$ 185.419). A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	375.907	403.799
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	(540.243)	(610.584)
Resultado de Equivalência Patrimonial	141.812	190.986
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras	23.703	27.340
Provisão para Riscos Fiscais	1.179	11.541
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	(26.949)	(10.359)
(Aumento) em Outros Ativos	(74)	(6)
Aumento em Outras Obrigações	(25.844)	418
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	13	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:	13	-
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	-	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	13	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:	(1.536)	44.983
Contrato de Mútuo	115.094	20.839
(Aquisição)/Alienação de Ações em Tesouraria	(80.750)	(62.415)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	32.808	3.407
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	6.977	3.825
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	4.955	1.130
Início do Exercício	11.932	4.955
Fim do Exercício	6.977	3.825

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais								
Eventos	Capital Social	Reserva de Capital - Resultado na Venda de Ações	Reserva de Lucros		Outros Resultados Abrangentes (Investidas)	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Totais
			Legal	Estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.740.000	96.770	143.938	1.873.550	59.419	(1.431.576)	-	2.482.101
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	403.799	403.799
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	54.259	-	-	54.259
Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	458.058
Aumento de Capital com Reservas (Nota 12a)	210.000	(96.770)	-	(113.230)	-	-	-	-
Aquisição de Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(688.456)	-	(688.456)
Alienação de Ações em Tesouraria	-	64.531	-	-	-	377.820	-	442.351
Destinações: - Reservas	-	-	20.190	288.609	-	-	(308.799)	-
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 12e)	-	-	-	-	-	-	(95.000)	(95.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.950.000	64.531	164.128	2.048.929	113.678	(1.742.212)	-	2.599.054
Ajustes Reflexo de Adoção de Novas Práticas Contábeis	-	-	-	-	20.979	-	(88.348)	(67.369)
Saldos em 1º de janeiro de 2018	1.950.000	64.531	164.128	2.048.929	134.657	(1.742.212)	(88.348)	2.531.685
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	(421)	-	373.063	373.063
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-			

BBD Participações S.A.

CNPJ 07.838.611/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Ordinárias.....	101.515.589	90.454.855
Preferenciais.....	127.095.525	115.608.357
Subtotal - ações em circulação.....	228.611.114	206.063.212
Em tesouraria (ordinárias).....	56.115.188	85.751.444
Em tesouraria (preferenciais).....	24.350.608	17.262.254
Total do capital social em ações.....	309.076.910	309.076.910

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 30 de abril de 2018, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 208.000, elevando-o de R\$ 1.950.000 para R\$ 2.158.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização do saldo da conta "Reserva de Capital" e de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Legal".

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2018	2017
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores.....	373.063	403.799
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares).....	309,077	309,077
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais).....	1,21	1,31

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e

(iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem a seus detentores todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo Estatuto Social no reembolso do capital.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, está demonstrado a seguir:

	RS mil	% (1)
Lucro líquido do exercício.....	373.063	
Reserva legal.....	18.652	
Base de cálculo ajustada.....	354.411	
Juros sobre o capital próprio (bruto) pagos e/ou provisionados (2).....	82.500	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15%.....	(12.375)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2018.....	70.125	19,8
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2017.....	80.750	21,1

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo; e

(2) Provisionamento de JCP, deliberado em 26 de dezembro de 2018.

f) Ações em tesouraria

Até 31 de dezembro de 2018, foram adquiridas e permaneciam em tesouraria 56.115.188 (2017 - 85.751.444) ações ordinárias e 24.350.608 (2017 - 17.262.254) ações preferenciais, no montante de R\$ 1.448.763 (2017 - R\$ 1.742.212).

Em 2018, foram alienadas ações em tesouraria, pelo valor de R\$ 805.352 (2017 - R\$ 442.351), que gerou lucro de R\$ 80.780 (2017 - R\$ 64.531).

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Cofins.....	19.569	21.652
PIS.....	4.133	4.650
IOF.....	1.316	3.719
Total.....	25.018	30.021

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Serviços prestados por terceiros.....	303	63
Editais e publicações.....	197	127
Despesa de pessoal.....	2.983	898
Total.....	3.482	1.088

15) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Variação monetária de contratos de mútuo.....	(101.333)	(136.152)
Variação monetária sobre recompra de ações.....	(55.930)	(58.067)
Rendimento de ativos financeiros.....	4.907	11.773
Outros.....	16.520	6.770
Total.....	(135.836)	(175.676)

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Membros
Lázaro de Mello Brandão	Denise Aguiar Alvarez João Aguiar Alvarez Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Milton Matsumoto Alexandre da Silva Glüher Josué Augusto Pancini
Vice-Presidente Luiz Carlos Trabuco Cappi	Maurício Machado de Minas Octavio de Lazari Junior Marcelo de Araújo Noronha André Rodrigues Cano Cassiano Ricardo Scarpelli Eurico Ramos Fabri

Oswaldo Tadeu Fernandes
Contador - CRC 1SP271968/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

BBD Participações S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BBD Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BBD Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

16) PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro									
	Controlador (1)		Influência significativa (2)		Pessoal-chave da Administração		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Ativos										
Caixa/disponibilidades.....	-	-	-	-	-	-	4	275	4	275
Juros sobre capital próprio a receber.....	-	-	195.169	231.843	-	-	-	-	195.169	231.843
Passivos										
Juros sobre capital próprio a pagar.....	22.670	28.461	-	-	47.455	52.289	-	-	70.125	80.750
Obrigações por recompra de ações.....	-	-	-	-	1.031.342	985.574	-	-	1.031.342	985.574
Outros passivos (Nota 10)	-	-	1.213.892	1.148.123	-	-	510.668	479.846	1.724.560	1.627.969

Exercícios findos em 31 de dezembro

	Exercícios findos em 31 de dezembro									
	Controlador (1)		Influência significativa (2)		Pessoal-chave da Administração		Outras partes relacionadas (3)		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Despesas com juros.....	-	-	(70.726)	(92.937)	(55.930)	(58.067)	(30.822)	(43.433)	(157.478)	(194.437)
Receitas/(despesas) de juros sobre capital próprio	(26.670)	(33.483)	229.611	272.757	(55.830)	(61.517)	-	-	147.111	177.757

(1) NCD Participações Ltda. ("NCD");

(2) Nova Cidade; e

(3) Titanium Holdings S.A. ("Titanium") e Bradesco.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

Para 2018, foi determinado o valor máximo de R\$ 1.423 (2017 - R\$ 500) para remuneração dos Administradores e de R\$ 1.400 (2017 - R\$ 500) para custear planos de previdência privada complementar.

Remuneração de curto prazo e médio prazo a administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Proventos.....	1.423	362
Total.....	1.423	362

Benefícios pós-emprego

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	1.275	463

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, para seu pessoal-chave da Administração.

17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2018	2017
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social).....	375.907	403.799
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(127.808)	(137.292)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligada, tributadas nas empresas correspondentes	183.682	207.599
Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis.....	(369)	-
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber).....	(78.068)	(92.737)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar).....	28.050	32.300
Outros.....	(8.331)	(9.870)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(2.844)	-

b) Créditos tributários

Os créditos tributários não registrados totalizam R\$ 101.308 (2017 - R\$ 91.015).

c) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, montante de R\$ 84.701 (2017 - R\$ 80.643), refere-se a imposto de renda do exercício atual e de exercícios anteriores.

d) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 2.035 (2017 - R\$ 1.401), sendo R\$ 1.387 (2017 - R\$ 1.401) referente ao imposto de renda retido na fonte e R\$ 648 a CSLL a pagar do exercício.

18) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017; e

b) Não há eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Osasco, 22 de abril de 2019

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2